

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Coordenação



utros Combates  
pela História

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS

Isabel Maria Luciano  
Marlene Taveira

PRÉ-IMPRESSÃO

António Resende  
Imprensa da Universidade de Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA

SerSilito • Maia

ISBN

978-989-26-0041-3

DEPÓSITO LEGAL

.....

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

2



CEIS 20  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO SÉCULO XXI  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

PROGRAMA OPERACIONAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO DO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III



Maria Manuela Tavares Ribeiro  
Coordenação



utros Combates  
pela História

# HISTÓRIA E POLÍTICA

Fernando Rosas

SEIS TESES SOBRE MEMÓRIA E HEGEMONIA  
OU O RETORNO DA POLÍTICA

1. Os problemas que aqui desejo sinteticamente apresentar, respeitam à relação actual, isto é, nos debates hoje em curso, entre a luta pela Memória e o conceito de hegemonia que, para este efeito, pedi de empréstimo aos trabalhos de António Gramsci.

Na realidade, trava-se hoje na sociedade portuguesa, mas não só em Portugal, efectivamente em quase todas as sociedades do ocidente, um debate surdo mas crescente em torno da subsistência, da relevância ou dos conteúdos das memórias do século XX. E falo da Memória numa acepção mais vasta do que o discurso historiográfico, previa em relação a ele, e necessariamente informante e estruturante dos seus conteúdos, sem com ele, no entanto, se confundir. Falo do património físico e documental, falo de representações, de testemunhos, de registos escritos, orais ou filmados, de vivências, daquilo com que se constroem os discursos sobre o passado, mas de que se alimentam as visões actuais.

2. Esse debate, — e creio que no momento presente já não há escapatória purista que permita fugir a isso —, é um aspecto essencial da luta pela hegemonia política e ideológica nas nossas sociedades. Ou seja, ao convocarmos, ao *inscrevermos* a Memória nos debates de hoje, não estamos só a olhar para trás, isto é, não nos refugiamos no passado, não fugimos para a nostalgia, estamos necessariamente, seja qual for o sentido mais ou menos assumido do exercício, a discutir os conteúdos civilizacionais, as representações societais, os conteúdos políticos e ideológicos que estruturam os discursos sobre o mundo de hoje e de amanhã. A luta pela *inscrição* da Memória, para retomar o conceito do filósofo José Gil, é, neste sentido, um combate pelo presente e pelo futuro que travamos aqui e agora. Um combate da cidadania, antes de ser um investimento académico da História ou das outras ciências sociais, se bem que a ele indiscutivelmente ligado.

3. Assim sendo, a Memória não é uma «coisa» em si mesma, jazente inteiriça e passiva sob as poeiras do passado, na espera de que a tomem; não é um ente pairando univocamente asséptico sobre os conflitos actuais e passados ou sobre as paixões e as escolhas que eles exprimem. Na realidade, os diferentes tipos de investimento em torno da Memória surgem-nos como um processo social complexo de construção das

legitimidades que sustentam as formas de estar, de transformar ou de conservar o mundo em que vivemos. Por isso, a Memória é sempre matéria-prima para arquitecturas de geometria variável. Ou seja, não há um só e «verdadeiro» discurso sobre a Memória, não há memórias objectivamente puras, há memórias que conflituam, que se tentam anular, em última análise, quer se queira ou não, que tomam partido, pela intermediação de quem as convoca, face às grandes escolhas de cada situação, de cada conflito, de cada época. Numa época de crise como a actual — a segunda crise histórica dos sistemas liberais do ocidente, agudizada pelo recente colapso financeiro e económico — essa politização do tratamento da Memória, esse «retorno do político» como impregnante dos discursos das ciências sociais, torna-se mais evidente e inexorável.

4. É certo que falar de «retorno» do político é uma imprecisão que serve unicamente para enfatizar a verificação do fenómeno. Se o discurso historiográfico pode ser visto como uma tentativa de racionalizar e dar sentido aos vários tipos de patrimónios da Memória com que trabalha, o certo é que essa busca nunca deixou de ser condicionada política e ideologicamente pelo ser social do seu autor. Como dizia George Duby, não há história objectiva. E eu penso que a pior forma de manipulação ideológica da História é a reivindicação da sua pseudo-neutralidade ou da sua pretensa objectividade. Não sendo objectiva, a História deve ser metodologicamente séria e rigorosa. Essa é a fronteira epistemologicamente inultrapassável da disciplina. Quanto ao resto, ela acompanha os fluxos e refluxos, as paixões e as reacções do seu tempo. O ciclo da manipulação pela pretensa despolitização imposta pelo pensamento único neoliberal está em crise com tudo o resto. Regressa uma progressiva politização da sociedade de que a História vai ser o objecto privilegiado. E talvez se possa pensar que isso trará clarificação e responsabilização acrescidas. O que a meu ver é bom.

5. O mundo capitalista global e do neoliberalismo tem procurado preservar a sua hegemonia ameaçada, designadamente através de 3 tipos de esforços simultâneos de cerco, aniquilação ou manipulação da Memória.

O **primeiro**, talvez o mais generalizado, mais invisível e insidioso, e por isso mais eficaz processo, é o da criação pelas media e através de todas as formas de discurso dominante, de um ambiente de «*presente contínuo*» (E. Hobsbaurn), de anulação da memória e da História, da criação de «*espirais de silêncio*» (Habermas) em torno de qualquer expressão relevante de cultura crítica e progressista. Pretende-se purificar e legitimizar toda a casta de agressões e violações anti-sociais e antidemocráticas, através de uma absoluta anulação da memória dos processos históricos, dos conceitos e dos valores de potencial subversivo. O pensamento hegemónico totalizante constrói-se, assim, sobretudo de silêncios e omissões, de «verdades implícitas», de decorrências do «senso comum» invisivelmente imposto.

Compreende-se a utilidade central deste apagão permanente das memórias: é mais fácil impor as 10 ou 12 horas de trabalho aos operários da indústria automóvel, se eles não souberem, se se lhes apagar a memória dos rios de sangue que correram para a classe operária europeia conquistar a jornada das 8 horas de trabalho. O mesmo se diga do direito à greve, da existência da contratação colectiva e dos sindicatos livres ou da banalização da tortura. Ou seja: as tarefas da Memória são obviamente indissociáveis da sociedade que queremos como presente e futuro.

O **segundo** processo de ataque à Memória, é o revisionismo explícito dela e da História que suporta, o que torna particularmente transparente o projecto ideológico que lhe subjaz.

Quando o dr. Rui Ramos e a extrema-direita monárquica caricaturam a I República como um regime terrorista e caótico, num discurso primário decalcado da propaganda estadonovista, o que pretendem não é tanto tratar da I República, mas sim legitimar e banalizar a Ditadura Militar e o salazarismo que lhe teria sucedido como aurora redentora.

Mais uma vez o debate da Memória e a historiografia que o serve são inseparáveis dos imperativos e das escolhas de hoje, e convocam-se para os esclarecer e dar sentido.

O **terceiro** processo, como diria José Gil, é o da não inscrição silenciosa e insidiosa da Memória. Esse processo lento de esquecimento organizado, de demissão cívica, de banalização da ditadura, de desculpabilização, essa inculcação mansa de um indiferentismo difuso, meio covarde, meio ignorante, essa reabilitação torpe do salazarismo, da guerra colonial, das oligarcas do fascismo, veiculada pelas televisões (a começar pela pública!), pelos comentadores políticos de direita que dominam o panorama comunicacional, pelos concursos só aparentemente imbecis, até por alguns livros escolares.

6. Penso que é fundamentalmente em torno destes 3 tipos de manipulações que se há-de travar a luta pela Memória, muito mais ampla do que o estrito labor da historiografia. Tenho para mim que os movimentos de reabilitação e defesa da Memória *são sobretudo movimentos sociais*, que colaboram com a investigação histórica, mas a ultrapassam como movimentos cívicos, como exemplarmente nos ensina a grande luta pela reabilitação da Memória da República e dos que por ela tombaram no Estado espanhol. Penso que são *movimentos plurais* e não de partido ou de escola: a defesa da memória do antifascismo convive bem com o pluralismo dos discursos sobre a Memória e a História no quadro dessa recusa comum do apagamento e da manipulação. Ninguém é dono da Memória, nem da Resistência. Esse é um património da luta do povo português de que ninguém é interprete exclusivo ou privilegiado.

Para uma esquerda que vem de longe, os trilhos da Memória são a espinha dorsal da sua identidade. E essa consciência de si é o fulcro de todo o combate emancipatório. Tenhamos, pois, Memória.

Série  
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Coimbra University Press

2010

